



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

204

APELAÇÃO CÍVEL Nº 115239-6

COMARCA: RECIFE -- 24ª VARA CÍVEL

APELANTE: REFER -- FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL

APELADO: HELENO DA SILVA CELESTINO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO -- AÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS SECURITÁRIOS COM CORREÇÃO MONETÁRIA E DIFERENÇAS, ACRESCIDOS DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS E DA RESERVA DE POUPANÇA -- PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA -- CORREÇÃO PLENA -- LEVANTAMENTO DA IMPORTÂNCIA DESCONTADA -- APELO IMPROVIDO -- DECISÃO UNÂNIME.

Dentro dos devidos parâmetros legais, nada se tem que modificar, posto que é pacífica a jurisprudência, a qual determina que "o associado de entidade de previdência privada que se desliga da empresa patrocinadora tem o direito de levantar a importância que lhe foi descontada" (STJ, Resp 435029/MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 25/08/2003, p. 313), devendo, ainda sob a orientação segura deste julgado do Col. Superior Tribunal de Justiça, a restituição ser corrigida "por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda".

A matéria já se encontra, inclusive, sumulada pelo Col. Superior Tribunal de Justiça através da ainda vigente Súmula nº 289, segundo a qual, "A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda".

Improcedência da alegação de que o julgamento antecipado da lide não levaria em conta o fato de que se fazia necessário, no caso, a realização de perícia contábil a fim de se averiguar o montante perseguido na ação originária, já que tais valores podem ser quantificados na fase do cumprimento da sentença.

Possibilidade, da condenação da parte sucumbente em honorários advocatícios, ainda que a parte adversa seja beneficiária da gratuidade judicial -- já que a benesse é concedida apenas aquele que a requer -, ou o processo tenha sido encerrado com julgamento antecipado, devendo, neste caso, ser fixado, como de fato o foi, percentual mínimo em face do encerramento prematuro do feito.

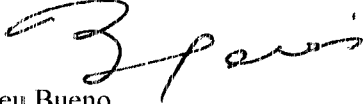
Apele improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação Cível n.º 115239-6, em que figuram como Apelante, REFER -- FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA

156
205

DE SEGURIDADE SOCIAL e, como Apelado, HELENO DA SILVA CELESTINO, ACORDAM, em TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: “*À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma*”, tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 11-12-2009


Desembargador Bartolomeu Bueno
Presidente e Relator



1338
206

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 115239-6

COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL

APELANTE: REFER – FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL

APELADO: HELENO DA SILVA CELESTINO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Adoto o relato sentencial de fl. 61/62.

Acrescento, ainda, que o MM. Juiz da causa julgou procedente o pedido em relação a REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, condenando-a ao pagamento das verbas requeridas acrescidas de juros à base de 0,6% (zero virgula seis por cento) a partir da citação, bem como às verbas sucumbenciais.

Em relação à Rede Ferroviária Federal S. A., face à sua ilegitimidade passiva, julgou extinto o feito sem a apreciação do mérito (art. 267, VI, CPC).

Às fls. 67/77, apelou, a REFER, da sentença, reafirmando a impossibilidade dos expurgos pretendidos na ação originária, e sustentando ser descabido o julgamento antecipado da lide e a condenação em honorários advocatícios.

Ao final, pede a reforma da decisão do juízo singular, dando-se provimento ao Recurso.

Contra-razões ao Apelo em óbvias infirmações (fls. 87/94).

É o relatório.

À d. Revisão.

Recife, 15-10-2007


Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator



Barcel 61

207

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

Ação de Devolução de Descontos Securitários com Correção Monetária e Diferenças, acrescidos dos Expurgos Inflacionários e da Reserva de Poupança

Processo nº 001.2004.013763-6

Autor: Heleno da Silva Celestino

Réu: Refer - Fundação da Rede Ferroviária de Seguridade Social e outra

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

Heleno da Silva Celestino, parte autora devidamente qualificada e representada nos autos, promoveu Ação de Cobrança contra a **REFER - Fundação da Rede Ferroviária de Seguridade Social e Rede Ferroviária Federal S.A.**, também qualificadas na inicial.

Postula a parte autora na presente ação, que seja aplicado ao saldo de sua reserva de poupança o índice de correção monetária que realmente influenciou a desvalorização da moeda (IPC), com relação aos planos econômicos nos meses de junho de 1987, janeiro de 1989, março, abril, maio de 1990 e fevereiro de 1991, todos com acréscimos dos respectivos juros e atualização monetária.

Em sua contestação, a primeira ré pugnou pela improcedência do pedido inicial. Afirmou a mesma que na ocasião agiu de acordo com o Estatuto e demais normas regulamentares, seguindo os preceitos de lei que autorizam tal estipulação.



Devere 62

208

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

A segunda ré postulou sua ilegitimidade, com a explicação de que figura apenas como patrocinadora da primeira demandada e que os índices são previstos no próprio regulamento do plano de benefícios.

Vieram-me conclusos para decisão.

É O BREVE RELATÓRIO

DECIDO

A matéria exposta nos autos é exclusivamente de direito, por isto comporta julgamento antecipado, conforme preceitua o art.330, inciso I do Pergaminho Instrumental.

Posto isso, passemos a analisar as preliminares.

A preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela segunda demandada merece acolhimento, visto que nas relações de natureza previdenciária a parte autora se relaciona apenas com a Fundação da Rede Ferroviária de Seguridade Social, primeira demandada. Ademais, as contribuições patronais não têm natureza salarial e por causa disto são irrestituíveis ao associado que deixa o sistema.

Igualmente não merece deferimento a preliminar de prescrição da ação, levantada pela primeira demandada, uma vez que o pleito em questão não se refere a prestações vencidas de renda, mas de atualizações de capital já recebido.

Passemos a analisar o mérito da causa.

A relação jurídica realizada entre o autor e a primeira demandada caracteriza-se pela incidência do índice adotado oficialmente (IPC), com os respectivos expurgos inflacionários do período reclamado, afastada a incidência de índices que não refletem a verdadeira composição do valor da moeda. Discute-se nos autos a legalidade da adoção de índices que reflitam mais verdadeiramente a correção monetária com o intuito de recompor da forma mais justa possível o valor da contribuição percebida pelo segurado. Se esta correção não for integral, claro é que haverá um prejuízo para o segurado e, por conseqüência, um aumento indevido no patrimônio da Fundação. Deve-se descartar a utilização de indexador que

[Assinatura]
2



157
43
209

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 115.239-6

COMARCA: RECIFE – 24ª VARA CÍVEL

APELANTE: REFER -- FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE
SEGURIDADE SOCIAL

APELADO: HELENO DA SILVA CELESTINO

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto

Em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade, conheço o presente Recurso.

Insurge-se a REFER -- Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, contra a sentença da lavra do douto Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Comarca do Recife, que deu pela procedência do pedido posto na ação movida por **Heleno da Silva Celestino**, condenando-a ao pagamento da devolução dos descontos e diferença do saldo de reserva de poupança pertinente à aposentadoria complementar, corrigindo-se as contribuições feitas pelo autor com base no IPC até a data da rescisão do contrato de trabalho, incidindo-se, ainda, juros de mora de 0,6% (zero virgula seis por cento) a partir da citação.

Bl Também houve a condenação da Apelante nas custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Ora, em que pese às razões delineadas no presente Recurso, não vejo como acolhê-las, vez que a r. sentença de primeiro grau foi proferida dentro dos devidos parâmetros legais, nada tendo o que modificar, posto que fundada em remansosa e pacífica jurisprudência, a qual determina que *“o associado de entidade de previdência privada que se desliga da empresa patrocinadora tem o direito de levantar a importância que lhe foi descontada”* (STJ, Resp 435029/MG, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 25/08/2003, p. 313), devendo, ainda sob a orientação segura deste julgado parcialmente transcrito do Col. Superior Tribunal de Justiça, a restituição ser corrigida *“por índices que reflitam a realidade da desvalorização da moeda”*.

A matéria já se encontra, inclusive, pacificada pelo Col. Superior Tribunal de Justiça através da ainda vigente

Súmula nº 289, segundo a qual, *"A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda"*.

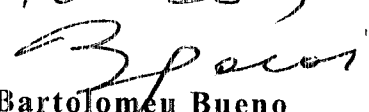
Improcede, ainda, a alegação de que o julgamento antecipado da lide não levara em conta o fato de que se fazia necessário, no caso, a realização de perícia contábil a fim de se averiguar o montante perseguido na ação originária, já que tais valores podem ser quantificados na fase do cumprimento da sentença.

Por último, a condenação da parte sucumbente em honorários advocatícios é perfeitamente possível, ainda que a parte adversa seja beneficiária da gratuidade judicial – já que a benesse é concedida apenas aquele que a requer -, ou o processo tenha sido encerrado com julgamento antecipado, devendo, neste caso, ser fixado, como de fato o foi, percentual mínimo em face do encerramento prematuro do feito.

Diante disto, conheço do Recurso, mas para negar-lhe provimento.

É como voto.

Recife, 14 - 10 - 2009



Desembargador Bartolomeu Bueno
Relator

gvn



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E
JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS
TERMOS DO VOTO DA TURMA".
